OS PLANOS NACIONAIS
DE EDUCAÇÃO
(2001-2010 e 2014-2024)
NO CAMPO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR

AVANÇOS E/OU RECUOS

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Talita Zanferari
Maria de Lourdes Pinto de Almeida

OS PLANOS NACIONAIS
DE EDUCAÇÃO
(2001-2010 e 2014-2024)
NO CAMPO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR

AVANÇOS E/OU RECUOS

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Zanferari, Talita

Os planos nacionais de educação (2001-2010 e 2014-2024) no campo da educação superior : avanços e/ou recuos / Talita Zanferari, Maria de Lourdes Pinto de Almeida. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2019. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-550-9

1. Educação - Brasil 2. Educação superior 3. Plano Nacional de Educação (Brasil) 4. Política educacional 5. Sistema Nacional de Educação I. Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. II. Título. III. Série.

19-28859

CDD-370.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Plano Nacional de Educação 370.981

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final dos autores
bibliotecária: Cibele Maria Dias – CRB-8/9427

apoio institucional

UNOESC
CLACSO

As ideias e contextualizações apresentadas nos textos são de responsabilidades dos respectivos autores não representando a conformidade e o pensamento da Editora.

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-lettras.com.br

livros@mercado-de-lettras.com.br

1ª edição

AGOSTO / 2019

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total sem a autorização prévia do Editor. O infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

Enquanto prevalecer na política educacional a orientação de caráter neoliberal, a estratégia da resistência ativa será a nossa arma de luta. Com ela nos empenharemos em construir uma nova relação hegemônica que viabilize as transformações indispensáveis para adequar a educação às necessidades e aspirações da população brasileira.

Dermeval Saviani, *A nova lei da educação*, 1997

À minha família e namorado, força e sustentação. (Talita)

Para Tarsila Dieudonnee, com amor e admiração (Malu)

SUMÁRIO

Prefácio

PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO: PROJETOS CEIFADOS POR GOVERNOS GOLPISTAS E CONSERVADORES	11
Marilda Pasqual Schneider	

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

capítulo 1

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	25
--	----

capítulo 2

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2001-2010 E 2014-2024): GÊNESE, HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO	57
---	----

capítulo 3

AVANÇOS E/OU RECUOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2014)	93
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	121
-------------------	-----

Prefácio

PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO: PROJETOS CEIFADOS POR GOVERNOS GOLPISTAS E CONSERVADORES

As primeiras iniciativas de construção de um plano nacional de educação para a nação brasileira ocorreram com a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) pelo Governo Provisório da República do Brasil, em 11 de abril de 1931. Em vista das atribuições imputadas aos conselheiros¹, ainda naquele ano o Ministro Francisco Campos nomeou uma comissão encarregada

-
1. No art. 5º do Decreto nº 19.850/1931, que criou o Conselho Nacional de Educação, estavam contidas as atribuições fundamentais dos seus membros: “a) colaborar com o Ministro na orientação e direção superior de ensino; b) promover e estipular iniciativas em benefício da cultura nacional, e animar atividades privadas, que se proponham a colaborar com o Estado em quaisquer domínios da educação; c) sugerir providências tendentes a ampliar os recursos financeiros, concedidos pela União, pelos Estados ou pelos municípios à organização e ao desenvolvimento do ensino, em todos os seus ramos; d) estudar e emitir parecer sobre assuntos de ordem administrativa e didática, referentes a qualquer instituto de ensino, que devem ser resolvidos pelo Ministro; e) facilitar, na esfera de sua ação, a extensão universitária e promover o maior contato entre os institutos técnicos-científicos e o ambiente social; f) firmar as diretrizes gerais do ensino primário, secundário, técnico e superior, atendendo, acima de tudo, os interesses da civilização e da cultura do país” (Brasil 1931).

de redigir um plano nacional para ser executado dentro de um determinado período.

Serpenteada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932 que, na acepção de Azanha (1998) referida por Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 176), representou “[...] a primeira tentativa de elaboração de um plano de educação para o país” e a mais lúcida percepção da educação como um problema da nação”, a fixação jurídica de um plano nacional de educação somente iria ocorrer na Constituição de 1934. No art. 150 da Carta Magna atribuía-se ao CNE a incumbência de fixar um plano “compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país” (Brasil 1934).

Tomada naquele contexto como um problema governamental, a proposição formal do que poderia ter sido o primeiro PNE ocorreria, no entanto, apenas no ano de 1937, em um momento estratégico da política brasileira². Encaminhada ao Congresso pelo presidente constitucional Getúlio Vargas, a proposta elaborada pelo CNE foi considerada uma “[...] obra de grande significação para a cultura nacional [...]”, base da educação “[...] em todas as suas modalidades” e uma providência “[...] das mais urgentes para o país” (trecho de carta escrita pelo presidente e encaminhada ao Congresso Nacional junto com o projeto do Plano)³ (Cury 2013, p. 10). Estava, pois, conformado o propósito de um Estado centralizador e reformista, que via na educação a salvação para os problemas nacionais e, no governo, a força necessária para realizar esse intento.

Contudo, a constituição golpista proclamada pelo mesmo presidente em 11 de novembro de 1937 cuidou para que os artigos que faziam menção a um plano nacional de educação fossem

2. Conforme relata Cury (2013), a proposta do primeiro PNE foi encaminhada pelo Conselho Nacional de Educação à Presidência da República em 18 de maio de 1937, pouco meses antes de ser decretado o fechamento do Congresso e dos demais poderes estatais instituídos e instaurada o período ditatorial da Era Vargas.

3. A carta a que se refere o trecho citado consta, segundo Cury (2013), no Arquivo Capanema.

excluídos do texto constitucional. Ao invés de um plano, preferiu remeter ao Estado o poder de legislar sobre diretrizes de educação nacional (art. 16, inciso XXIV) e atribuir à iniciativa privada a prerrogativa da oferta. Encerrava-se ali, portanto, o primeiro ciclo de tentativa de construção de um plano nacional de educação para a nação brasileira.

O período autoritário instaurado pelo golpe que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas no governo central durou oito anos, de 1937 a 1945. Se restava algum lampejo de pretensão a um plano nacional de educação, este foi ceifado com a promulgação da Constituição de 1946 que limitou-se a determinar como incumbência da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil 1946). Apesar da ausência constitucional à ideia de plano, esta teve o mérito de recolocar na pauta de debates a questão da educação brasileira sob o argumento de uma profunda reforma no setor.

Lamentavelmente, a referência ao plano somente retornaria à previsibilidade legal vinte anos depois, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 4.024), em 20 de dezembro de 1961. O artigo 7º da LDB dispunha sobre a criação de câmaras de educação básica e de educação superior com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao ministro da educação “[...] de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional”, delegando ao CNE a incumbência de “subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação” e, à Câmara de Educação Básica (CEB), a de colaborar na sua preparação e acompanhar sua execução (Brasil 1961).

Iniciava-se ali o segundo ciclo do plano. A menção à participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação reacendeu a chama de construção de um plano nacional com objetivos que atendessem aos anseios da população. No entanto, seguindo tendência de governos anteriores, conservadores e submissos aos interesses privatistas, a proposta aprovada em 1962 pelo então Conselho Federal de Educação limitava-se a apontar metas quantitativas e qualitativas a serem atingidas num prazo de

oito anos, e definir critérios para aplicação dos recursos destinados à educação. Apesar de sua vida curtíssima e de sua inexecutabilidade, o plano aprovado em 1962 pode ser considerado o primeiro PNE do Brasil (Brasil 2001; Libâneo, Oliveira e Toschi 2012).

Argumentos que justificam sua falibilidade são variados. De um lado, está o que adjudica o seu fracasso em razão de sua submissão à LDB e à falta de “[...] uma lei que determinasse os objetivos e as metas da educação no país” (Libâneo, Oliveira e Toschi 2012, p. 178). De outro, o que aponta seu malogrado fim pelo golpe militar de 1964 que “[...] imprimiu outras orientações para a política educacional brasileira (Azevedo 2014, p. 268), muitas das quais “[...] balizadas por recomendações advindas de agências internacionais [...]” (Shiroma, Moraes e Evangelista 2044, p. 33).

Consideramos igualmente válidas ambas as linhas de raciocínio que guiaram tais argumentos. Porém, não há como negar que o regime de governação dos militares gerou consequências importantes para o Brasil. Dentre elas, a vinculação entre educação, mercado de trabalho e desenvolvimento econômico, especialmente com a implantação do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976) que considerou a educação uma prioridade para que o Brasil pudesse “[...] retomar o crescimento acelerado da produção e do emprego, sem a acumulação de distorções verificadas no passado.” (Brasil 1967). A racionalidade tecnocrática deste e de outros dois planos que modelaram o estilo economicista dos militares de governar o Brasil - Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966 e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) - destoava profundamente do pensamento de educadores sobre o que deveria representar um plano nacional de educação.

Assim foi que, tal qual o primeiro, o segundo ciclo de tentativa de construção de um plano nacional de educação seria aniquilado por um governo golpista que, como a literatura da área cuidadosamente procura demonstrar, tratou-se de um governo ditatorial, liderado pelo regime militar e implantado no Brasil com o golpe de 1964. O terceiro e atual ciclo do PNE iniciaria, pois, em meio a um quadro educacional dramático.

A eleição de José Sarney, no ano de 1985, pôs fim ao regime autoritário imposto por sucessivos governos militares que se alternaram no poder durante os 21 anos (1964-1985). Sob as bases da Constituição Cidadã de 1988, a LDB nº 9.394, exarada em 20 de dezembro de 1996, atribuiu à União a incumbência de encaminhar “[...] ao Congresso Nacional, no prazo de um ano, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (Brasil 1996).

Os mesmos descaminhos que levaram ao projeto vitorioso de LDB,⁴ mais uma vez deslindaram os lineamentos da proposta do Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172, em 09 de janeiro de 2001. Apesar de, pela primeira vez na história dos planos nacionais de educação, termos um projeto submetido à aprovação do Congresso Nacional e que, por seu caráter operacional, permitiria à sociedade civil acompanhar e avaliar a consecução das políticas educacionais, este plano evidenciaria o conflito de interesses entre segmentos sociais distintos.

Como consequência da existência de dois projetos em disputa, sendo um deles endereçado a dar continuidade aos interesses econômicos e, o outro, a atender anseios da sociedade civil, a proposta aprovada preservou os mesmos traços conservadores dos projetos anteriores. O veto de algumas metas, pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e o não atendimento das demais dentro do prazo estabelecido constituem marcas indelévels da sua ineficiência e ineficácia.

4. Como bem lembram Shiroma, Moraes e Evangelista (2004), a LDB aprovada em 1996 não correspondeu às aspirações da sociedade civil que, desde o término do período ditatorial, desencadeara um movimento crítico de produção de consenso sobre as pautas educacionais. A lei sancionada pelo Congresso Nacional e aprovada pelo então presidente da república, em 20 de dezembro de 1996, não só tirou o projeto inicial de LDB que vinha sendo construído com a participação de diversos setores da comunidade educacional, como também negou o processo costurado na Câmara de Deputados a partir da abertura democrática no país.

Contudo, não há como negar que o PNE 2001-2010 apresentou avanços importante. Mas talvez o maior deles seja a conscientização sobre a importância do jogo democrático para o avanço educacional. As conferências nacional, regionais e municipais, realizadas ao longo do período que antecedeu à aprovação do atual PNE (2014-2024) dão mostras da importância de um plano nacional para a educação brasileira. Foi no amadurecimento da sociedade civil organizada e, ao mesmo tempo, no surgimento de novos elementos impostos pelo capital internacional, que se constituiu o atual PNE, aprovado pela Lei n. 13.005, de 26 de junho de 2014, na vigência de um governo popular.

Essa contradição é o que, de algum modo, Talita Zanferari e Maria de Lourdes Pinto de Almeida procuram demonstrar no trabalho produzido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Unesco. Ao tratar especificamente das metas para a educação superior referidas nos dois últimos PNES (2001-2010 e 2014-2024), as autoras nos levam a refletir sobre a necessidade imperiosa de vigilância quanto ao cumprimento das metas traçadas para o atual PNE. O descompromisso com as necessidades educacionais da população em geral e o conservadorismo que pairaram e ainda pairam sobre governos tidos como democráticos impõem mobilização constante da sociedade civil organizada.

Ainda que no atual PNE tenha se procurado corrigir erros do passado, especialmente no que tange à sua autonomia em relação à vinculação com a LDB e de sua aprovação ter se dado por lei específica, a Lei nº 13.005, o risco de seu fracasso continua eminente. A história de governos golpistas e conservadores, rapidamente aqui revisitada, tem mostrado que reside na capacidade de mobilização social a possibilidade de enfrentamento e luta para se alcançar uma educação de qualidade para todos. Essa mobilização se faz urgente e imperiosa no atual contexto histórico da política brasileira.

Marilda Pasqual Schneider (Unesco)
Março de 2019.

INTRODUÇÃO

Abordar o tema educação implica a pensá-la não só como transmissão do conhecimento, mas, conforme Brandão (2007, p. 47), como “[...] o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver que educa. E a escola, de qualquer tipo, é apenas um lugar e um momento provisórios onde isto pode acontecer”. O autor complementa que “[...] é a comunidade quem responde pelo trabalho de fazer com que tudo o que pode ser vivido-e-aprendido da cultura seja ensinado com a vida – e também com a aula – ao educando” (Brandão 2007, p. 47)

Para Monlevade e Silva (2000) quando afirmam que no Brasil, a educação sofre influência de órgãos internacionais e segue padrões que são determinados por estes. Na obra intitulada “Quem manda na educação no Brasil” descrevem que

A intervenção sistemática dos últimos anos, se expressa na subordinação do governo federal às exigências estabelecidas pelas elites financeiras internacionais; na avaliação da capacidade creditícia e do potencial do desenvolvimento interno; na sujeição às cláusulas dos empréstimos; na ajuda técnico-financeira e na disposição do poder executivo em cumprir e fazer cumprir nos estados e nos municípios as medidas impostas pelos credores. Trata-se de examinar,

nessa conjuntura, as mediações políticas construídas entre a Diretoria Executiva do Banco Mundial e o governo federal que definiriam as políticas e as estratégias dirigidas à educação pública em todo o país. (Monlevade e Silva 2000, p. 70)

Conforme Monlevade e Silva (2000), a educação brasileira segue acordos vindos da intervenção dos órgãos internacionais e, por este fato, algumas das convenções “[...] preveem empréstimos, mas condicionados à efetiva implementação de políticas, programas e de reformas que desregulam o fluxo de capitais, reduzem os investimentos públicos sociais e concebem a educação como atividade e exploração no Brasil” (Monlevade e Silva 2000, p. 70).

E isto também ocorre com as políticas de educação superior. Ademais, conforme Silva (2002, p. 221), o Banco Mundial (BM) e a equipe brasileira apresentam “[...] uma visão também mercadológica, econômica, na estrutura dos sistemas de educação, com o objetivo de legitimar critérios de qualidade e produtividade, bem como a forma de medi-los sob a frágil aparência de eficácia”. A instituição de educação superior passa por este processo constantemente.

Desenvolver o estudo no campo da educação superior, de certa forma, se justifica com a afirmação que Carmo et al. (2014, p. 305): “Em acompanhamento ao desenvolvimento econômico registrado no País, o ensino superior atraiu o olhar de toda a sociedade brasileira nos últimos anos”. As novas políticas públicas desenvolvidas no Brasil, que provocaram a democratização do ensino, trouxeram um novo rumo às oportunidades de formação na educação superior, ou seja, pessoas que até então eram “[...] impedidas de prosseguir nos estudos após o ensino médio, pelo afunilamento na oferta de vagas nas instituições públicas e pelo alto valor da mensalidade nas instituições privadas, começam a alcançar uma renda que lhes permite a realização desse sonho” (Carmo et al. 2014, p. 305)

Almeida et al. (2015, p.7) defende que o papel da universidade se centra na perspectiva de “[...] promover um desenvolvimento

conjunto e autossustentado. É a partir dela que se pode articular um amplo programa de Pesquisa & Desenvolvimento que contemple os mais variados interesses sociais”.

Pesquisar a legislação que rege a educação superior enquanto uma política nacional faz com que, de certo modo, deixemos de entender e compreender apenas parte do processo, sem articulação com todo, principalmente quando se trata de formação de profissionais para o mercado de trabalho. Neste sentido, a função da instituição de educação superior deveria ser produzir conhecimento de acordo com a realidade em que está inserida, e sua responsabilidade social se associa ao papel que exerce. Torna-se então necessário “[...] colocar sua competência a serviço de todos os segmentos da sociedade a fim de gerar benefícios de qualidade de vida para todos eles e consolidar sua cidadania nacional e planetária” (Almeida et al. 2015, p. 55). A universidade não está separada da realidade que nos cerca e não foge das consequências implantadas pelas Políticas Educacionais Internacionais e Nacionais, haja vista que, nela e dela, nasce a produção do conhecimento científico sistematizado, que não é neutro e tem as circunstâncias históricas como determinantes do seu processo de construção.

A fim de criar diretrizes e metas que visem orientar as ações referentes à educação brasileira foi traçado o Plano Nacional de Educação (PNE). Sua criação teve como finalidade dirigir as políticas educacionais por um período de dez anos, bem como articulá-las com a formação do Sistema Nacional de Educação (Scheibe 2014).

Um fator determinante para que tivéssemos um Plano Nacional de Educação foi a criação e o trabalho desenvolvidos pela Conferência Nacional de Educação (Conae). As Conaes se organizaram em esferas municipais, estaduais e nacionais, acontecendo em diferentes momentos históricos do país e foi considerada um evento para elaboração, planejamento e avaliação de ambos os Planos.

O Plano Nacional de Educação vigente de 2001 a 2010, é considerado o primeiro regulamentado por lei específica, a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, tendo seu foco direcionado à construção de políticas e programas que objetivassem a melhoria da educação (Brasil 2001). Para descrever as ações, neste PNE foram dispostas 295 metas gerais para o conjunto da nação, que se desdobraram de acordo com cada especificidade local. Além disso, em alguns casos, a partir deste PNE foram elaborados Planos estaduais e municipais que pudessem atender às demandas particulares (Unesco 2001). Vale ressaltar a criação dos planos plurianuais vinculados ao PNE, elaborados com vigência de quatro anos e considerados políticas de governo, uma vez que o PNE é uma política de Estado.

Torna-se importante destacar que a aprovação do PNE II não se deu na rapidez e eficiência que se esperava. Finalizado o PNE I (2001-2010), articulou-se um novo Plano que contava inicialmente com vigência de 2011 a 2021, entretanto a saída do papel não aconteceu no ano previsto. O PNE II permaneceu em tramitação e somente em 2014 foi aprovado e legitimado. Por fim, o Brasil permaneceu por quase quatro anos sem PNE vigente, fato este que analisamos e refletimos em nossa investigação.

A elaboração do PNE (2014-2024) permitiu articular o campo da educação através de vinte metas com o mesmo objetivo do Plano anterior: promover melhoria educacional do país. O documento foi organizado em quatro grupos que compreendem as diferentes áreas da educação brasileira. O primeiro foi composto por nove metas estruturantes “[...] para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e oportunidades educacionais” (Brasil 2014a, p. 9)

O segundo grupo corresponde a duas metas que se referem à redução de desigualdades e à valorização da diversidade com foco na equidade. O terceiro compreende quatro metas que tratam da valorização dos profissionais da educação para que as demais

metas sejam atingidas (Brasil 2014a) Por fim, o grupo relacionado à educação superior que compreende três metas:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. (Brasil 2014a, p. 13)

A criação de um plano que determina diretrizes a serem seguidas e os rumos a se caminhar possibilita alguns planejamentos quando surge um problema. Segundo Agliardi, Welter e Pierosan (2012, p. 1), “quando nos defrontamos com um problema, um desafio, precisamos analisá-lo, estudá-lo para só então estabelecermos estratégias de superação. Contudo, é essencial que se tenha um objetivo, uma meta a perseguir”.

O histórico da educação brasileira nos mostrou que a tentativa de elaboração de planos nacionais acontece há muito tempo, entretanto, o Brasil conta somente com dois PNEs aprovados, sendo o com vigência de 2001-2010 e o 2014-2024. Esta pode ser considerada a justificativa pela escolha dois documentos para foco de nosso estudo.

A justificativa pela escolha de estudo dos dois documentos, PNE 2001-2010 e PNE 2014-2024, se deu devido a serem os únicos

Planos aprovados no Brasil, embora tenha havido outros na história da educação.

Com base no que foi exposto, este estudo analisou os avanços e/ou recuos dos Planos Nacionais de Educação (2001-2010 e 2014-2024) tendo como base as metas apresentadas para a educação superior. O problema de pesquisa consistiu no seguinte questionamento: Quais os avanços e/ou recuos do Plano Nacional de Educação (2014-2024) em relação ao Plano Nacional de Educação (2001-2010) a partir do estudo das metas para a educação superior?

As questões norteadoras foram as seguintes: Como foi o processo de elaboração e implantação de ambos os Planos Nacionais de Educação no Brasil? O que dizem as metas para a educação superior no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 a 2010 e como foram trabalhadas no PNE (2014-2024)? Existe continuidade no que está sendo posto nas metas sobre a educação superior do PNE (2001-2010) em relação ao PNE (2014-2024)? O que anunciam as diretrizes referentes às metas para educação superior?

Para alcançar os resultados esperados elencamos como objetivos específicos: historiar o Plano Nacional de Educação (2001-2010) e Plano Nacional de Educação (2014-2024); delimitar o campo do conhecimento científico do objeto de pesquisa; revisitar para compreender todo processo histórico de elaboração dos PNEs no Brasil desde o período desenvolvimentista até o ano de 2017; verificar as premissas, diretrizes e metas relativas a Educação Superior do PNE (2001-2010) e do PNE (2014-2024); e identificar possíveis relações entre os dois Planos Nacionais de Educação.

Justifica-se a importância de desenvolver estudos que abrangem a educação superior haja vista o contexto histórico que do país especialmente nos últimos três anos, pós golpe da presidente Dilma Rousseff, e o clima de insatisfação e de desesperança encontrado no chão das instituições de ensino. Estudar um documento que norteia uma política de educação nacional traz ao sujeito histórico uma compreensão de mundo capaz de fazê-lo entender o seu papel diante da realidade que se põe em circunstâncias nem

sempre compreensíveis a curto prazo. Vale a pena, ainda, destacar que a universidade se encontra em constante mudança e acompanha as intenções de cada governo, não diferentemente dos documentos criados pelas políticas educacionais.

Para desenvolvimento desta pesquisa utilizamos a metodologia histórico-crítica. A abordagem histórico-crítica foi proposta em 1970, por Dermeval Saviani, a partir das bases da pedagogia histórico-crítica. A intenção, nesta elaboração, foi “[...] ultrapassar o caráter reprodutivista das análises críticas, no campo educacional”. Alicerçada na dialética, ou seja, “[...] essa relação do movimento e das transformações [...]” (Corsetti 2009, p. 89), a dissertação tem como objetivo a compreensão e explicação de “[...] todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo” (Saviani 2008, apud Corsetti 2009, p. 89). É definida por Saviani (2008a, p. 5) como uma abordagem focada “[...] mais no aspecto polêmico do que no gnosiológico. [...] Não se trata de uma exposição exaustiva e sistemática, mas da indicação de caminhos para a crítica do existente e para a descoberta da verdade histórica”.

De acordo com esta autora, a concepção histórico-crítica tem seu foco no materialismo histórico, além de seu ponto de partida encontrar-se na realidade social, bem como a compreensão da “[...] Educação no contexto da sociedade humana, como ela está organizada e como ela pode contribuir para a transformação da sociedade” (Corsetti 2009, p. 89)

A análise da investigação foi considerada qualitativa e privilegiou o estudo bibliográfico e documental. Sobre a pesquisa qualitativa, Triviños (1987, p. 117) descreve que “[...] baseiam-se especialmente na fenomenologia e no marxismo”. Estudos qualitativos desenvolvidos na área da educação tiveram surgimento a partir do aumento da demanda ou necessidade de produzir conhecimentos além da quantificação e devido à necessidade da interpretação da realidade pela perspectiva qualitativa.

Em relação ao desenvolvimento de pesquisas relacionadas à educação superior, nos valemos da afirmação de Santos Filho (1994, p. 5) para justificar a escolha do nosso objeto de investigação, quando o autor assevera que “a necessidade de estudos científicos desta área é evidente dada a importância que as instituições universitárias adquiriram no mundo atual para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico das nações”.

Avaliamos ser importante citar a afirmação de Minayo ao descrever a pesquisa como “[...] um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações” (Minayo et al. 1994, p. 26). Nesse sentido, vale a pena ressaltar que não temos a pretensão de responder a todos os questionamentos levantados por este estudo, mas possibilitar uma reflexão sobre a problemática exposta.